

(centos e oitenta reais). REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE. Secretaria de Administração do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, em Fortaleza, aos 17 de abril de 2015.

REPUBLICADA POR INCORREÇÃO

MARTIN KAIR DE BRITO
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 922/2015 – O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE, tendo em vista o Parágrafo Único do Art. 7º, Resolução nº 09/2013, publicada no Diário de Justiça do dia 23 de agosto de 2013, e em conformidade com o Processo Administrativo nº 8505720-82.2015.8.06.0000, designar, **THIAGO PEREIRA DE MENEZES**, Engenheiro Eletricista, matrícula 8303, e **FRANCISCO SILVEIRA DE LIMA NETO**, Oficial de Manutenção, matrícula 4242 para empreender viagem, a fim de realizar vistorias nos serviços executados nas instalações elétricas, por meio do Contrato 47/2014 - Berma Engenharia, na Comarca de Jaguaruana, no dia 08/04/2015, concedendo-lhes 0,5 (meia) diária no valor unitário de R\$ 180,00 (cento e oitenta reais), totalizando **R\$ 90,00 (noventa reais)** a cada beneficiário. REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE. Secretaria de Administração do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, em Fortaleza, aos 07 de abril de 2015.

REPUBLICADA POR INCORREÇÃO

MARTIN KAIR DE BRITO
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

Assessoria de Precatórios
DESPACHO DE RELATORES

8512634-36.2013.8.06.0000 - Requisição de Pequeno Valor. Requirante: SEGREDO DE JUSTIÇA. Requirido: SEGREDO DE JUSTIÇA. Advogado: Paulo Teles da Silva (OAB: 4945/CE). Advogado: Antenio Almeida da Silva (OAB: 2341/CE). Advogada: Georgia Campos Teles da Silva (OAB: 18141/CE). Proc. Estado: Eduardo Menescal (OAB: 16996/CE). Proc. Estado: Paulo Gustavo Bastos de Souza (OAB: 18715/CE). Proc. Estado: Joao Renato Banhos Cordeiro (OAB: 16941/CE). Proc. Estado: Andre Luiz Sienkiewicz Machado (OAB: 23316/CE). Proc. Estado: Rizomar Nunes Pereira (OAB: 20975/CE). Despacho: - Acolho os pareceres jurídico e de contas juntos às págs. 89 e 93 para o fim de reconhecer a regularidade da expedição da requisição de pagamento. Observo, apenas, quanto ao valor da RPV, que deve a Assessoria de Precatórios utilizar o montante efetivamente requisitado pelo juízo competente e que serviu de base à ordem de pagamento encaminhada ao devedor (pág. 70/71), e por ele tempestivamente cumprida (pág. 75/77). Sendo assim, havendo nos autos prova do comparecimento da credora para informar dados bancários (pág. 96), determino que seja o feito encaminhado ao Serviço de Cálculos para apontar as retenções legais porventura devidas. Na ocasião, atento à autorização acostada à pág. 82, onde permitido o desconto de honorários contratuais em favor do advogado Paulo Teles da Silva, deve a mesma ser observada, nos exatos termos em que firmada pela credora. Em seguida, intemem-se as partes sobre as contas feitas, em 5(cinco) dias. Decorrido o prazo, sem irrevogação, providencie-se o imediato pagamento da RPV, arquivando-se os autos. Caso impugnadas as contas, venham-me conclusos os autos. Intemem-se. Fortaleza, 09 de abril de 2015. Desembargadora MARIA IRACEMA MARTINS DO VALE Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará.

Total de feitos: 1

Assessoria de Precatórios
DESPACHO DE RELATORES

8508584-64.2013.8.06.0000 - Precatório. Credor: SEGREDO DE JUSTIÇA. Repr. Legal: Giuliano Araújo Cavalcante Mota. Devedor: SEGREDO DE JUSTIÇA. Advogada: Livia Araujo Cavalcante Mota Xerez (OAB: 11566/CE). Procª. Munic.: Francisca Priscilla Rodrigues Felipe (OAB: 22885/CE). Despacho: - Acolho o parecer de pág. 89, reconhecendo a regularidade da expedição do precatório. Informe-se eventual cumprimento, pelo ente devedor, da requisição de pág. 70. Certificada inadimplência, promova-se a autuação em apartado do requerimento de págs. 77/87, para fins de cumprimento do art. 33 da Res. 115/2010, do Conselho Nacional de Justiça. Intime-se. Fortaleza, 11 de maio de 2015. Francisco Eduardo Fontenele Batista Juiz de Direito Auxiliar da Presidência - Portaria de delegação nº 198/2015.

Total de feitos: 1

EDITAIS, AVISOS E PEDIDOS DE VISTA

EDITAL Nº 57 /2015

PROGRAMA ESPECÍFICO PARA A PROVA ORAL

A Comissão responsável pelo Concurso Público para provimento de cargos de Juiz Substituto, tendo em vista o disposto no art. 65, *caput*, da Resolução nº 75/2009 do Conselho Nacional de Justiça, e bem assim no item 3 do Capítulo XIV do Edital de Abertura de Inscrições (Edital nº 01/2014) no exercício de suas atribuições, resolve **tornar público o programa específico da Prova Oral**, na forma a seguir:

PROGRAMA ESPECÍFICO DA PROVA ORAL (definido pela banca examinadora da Fundação Carlos Chagas)

PONTO 01

Direito Penal: Princípios constitucionais penais. **Direito Processual Penal:** Das questões e processos incidentes. **Direito Civil:** Aplicação da lei no tempo. **Direito Empresarial:** Protesto de títulos. **Direito Constitucional:** Constituição: fontes; conceito; objeto; classificações estrutura Supremacia da Constituição. Aplicabilidade e interpretação das normas constitucionais. Vigência e eficácia das normas constitucionais. **Direito Administrativo:** Origens, objeto e conceito do Direito Administrativo.